



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

LEI Nº 1824/2021

DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SILVA JARDIM, usando das atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em acordo com o art. 165, III da Constituição Federal, e tendo em vista o resultado do planejamento estratégico desta prefeitura municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Silva Jardim aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita do Município para o exercício financeiro de 2022, no montante de **R\$ 215.000.000,00 (Duzentos e quinze milhões de reais)**, e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 165, §5º, da Constituição Federal, art. 169 da Lei Orgânica, das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e com a Lei que estabelecerá o referido Plano Plurianual – PPA, para o período 2022/2025, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Entidades, Fundos e Órgãos da Administração Direta e Indireta a eles vinculados;

Art. 2º A Receita Orçamentária estimada e a despesa orçamentária fixada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 215.000.000,00 (Duzentos e quinze milhões de reais)**, conforme o disposto no **Anexo I**.

Art. 3º As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no **Anexo II**.



RECEITAS	R\$
1 – RECEITA CORRENTE	219.897.700,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	14.039.400,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.082.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	17.289.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	180.032.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	454.000,00
2 - RECEITA DE CAPITAL	1.825.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.795.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100,00
RECEITA CORRENTE INTRA	12.662.400,00
(-) DEDUÇÕES DO FUNDEB	18.723.000,00
(-) DEDUÇÕES POR RENÚNCIA	209.000,00
(-) DEDUÇÃO POR DESCONTO CONCEDIDO	449.300,00
(-) DEDUÇÃO POR COMPENSAÇÕES	4.100,00
RECEITA TOTAL LIQUIDA	215.000.000,00

I – A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da Legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante no **Anexo II**.

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação constante nos **Anexo III, IV e V**, cuja distribuição por funções, subfunções e órgãos, apresenta o seguinte desdobramento:

1 - DESPESA POR FUNÇÃO



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

a) Esfera Fiscal

FUNÇÕES	R\$
01 - LEGISLATIVA	5.600.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	35.748.090,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	564.000,00
11 - TRABALHO	21.000,00
12 - EDUCAÇÃO	41.844.000,00
13 - CULTURA	406.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	66.000,00
15 - URBANISMO	10.954.000,00
16 - HABITAÇÃO	343.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	1.635.600,00
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	50.000,00
20 - AGRICULTURA	776.000,00
22 - INDÚSTRIA	36.000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	981.000,00
25 - ENERGIA	3.263.600,00
26 - TRANSPORTE	5.278.500,00
27 - DESPORTO E LAZER	777.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	11.464.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000.000,00
TOTAL	126.807.790,00

b) Esfera Seguridade

FUNÇÕES	R\$
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.855.500,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.067.500,00
10 - SAÚDE	42.724.610,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.544.600,00
TOTAL	88.192.210,00



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

2 - DESPESA POR SUBFUNÇÃO

a) Esfera Fiscal

SUBFUNÇÕES	R\$
031 – AÇÃO LEGISLATIVA	5.050.000,00
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	31.431.090,00
126 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	353.000,00
128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	56.000,00
181 – POLICIAMENTO	564.000,00
244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	364.000,00
271 – PREVIDÊNCIA BÁSICA	3.410.000,00
272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	5.235.000,00
306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.085.000,00
361 – ENSINO FUNDAMENTAL	25.783.000,00
362 – ENSINO MÉDIO	2.010.000,00
365 – EDUCAÇÃO INFANTIL	6.152.000,00
366 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	851.000,00
367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL	776.000,00
392 – DIFUSÃO CULTURAL	406.000,00
422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	66.000,00
451 – INFRAESTRUTURA URBANA	3.700.000,00
452 – SERVIÇOS URBANOS	7.254.000,00
541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.635.600,00
573 – DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENT. E TECNOLÓGICO	50.000,00
606 – EXTENSÃO RURAL	525.000,00
661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL	36.000,00
691 – PROMOÇÃO COMERCIAL	277.000,00
695 - TURISMO	955.000,00
752 – ENERGIA ELÉTRICA	3.263.600,00
782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.278.500,00
812 – DESPORTO COMUNITÁRIO	777.000,00
846 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	11.464.000,00
999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000.000,00
TOTAL	126.807.790,00



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

b) Esfera Seguridade

SUBFUNÇÕES	R\$
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.094.610,00
243 – ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	349.500,00
244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.489.000,00
271 – PREVIDÊNCIA BÁSICA	1.951.000,00
272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	18.282.500,00
301 – ATENÇÃO BÁSICA	7.304.000,00
302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.860.000,00
303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.804.000,00
304 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	513.000,00
997 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	24.544.600,00
TOTAL	88.192.210,00

3 - DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃOS	R\$
PODER LEGISLATIVO	5.600.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	5.600.000,00
PODER EXECUTIVO	209.400.000,00
SEC. MUN. DE GABINETE CIVIL	1.411.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	93.000,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	62.000,00
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	20.487.090,00
SEC. MUN. DE FAZENDA	26.697.000,00
SEC. MUN. DE OBRAS	7.594.500,00
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	41.931.000,00
SEC. MUN. DE TURISMO E CULTURA	2.309.000,00
SEC. MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	42.724.610,00
SEC. MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA	980.000,00
SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE	2.360.600,00
SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	4.299.000,00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	172.000,00
SEC. MUN. DE GOVERNO	172.000,00
SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.065.000,00
SEC. MUN. DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO	14.065.600,00



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	364.500,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	42.612.100,00
TOTAL	215.000.000,00

Art. 5º O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências de dotações estabelecidas na presente lei e em créditos adicionais, na forma do que dispõem os Arts. 7º e 40 a 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, por meio da transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma mesma categoria de programação, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, criando, se necessário, elemento de despesa em cada projeto, atividade ou operações especiais e adaptando as fontes de recursos, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência.

II – para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

III – para incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – à conta de excesso de arrecadação, ou superávit financeiro de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade desde que demonstrado o efetivo ingresso e/ou saldo.

Art. 7º O limite autorizado no art. 6º desta Lei não será onerado quando o crédito adicional suplementar se destinar a:

I – atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, inclusive as decorrentes da revisão de remuneração prevista no art. 32 da Lei 1.667, de 13 de julho de 2015, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo autorizado a redistribuição prevista no art. 66, Parágrafo único da Lei Federal nº 4.320.

II – atender à insuficiência de dotações consignadas nas funções educação (12), saúde (10) e assistência social (08), mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada na mesma função até o limite de 60% da dotação inicial;

III – atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observando o disposto no art. 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 2000;

b) anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de natureza de despesa, na própria ou em outra unidade orçamentária;

IV – atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios e transferências voluntárias, desde que demonstrado o efetivo ingresso e/ou saldo;



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

V – incorporar os saldos provenientes de superávit financeiro do FUNDEB, dos Fundos Especiais e de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, apurados em 31 de dezembro de 2021 e o excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas, quando se configurar receita do exercício superior às previsões fixadas nesta Lei.

Art. 8º A despesa fixada ao Poder Legislativo, na conformidade da Emenda Constitucional nº 58/2009, poderá ser movimentada por meio de transposição, remanejamento e transferência, até o limite autorizado no art. 6º desta Lei.

Art. 9º A discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 10. Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, serão efetuados através de registros contábeis, diretamente no sistema de orçamentário da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

§ 1º A discriminação da despesa de que trata o *caput* deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa constante da presente lei;

§ 2º Para efeito informativo e de acompanhamento, a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias o respectivo detalhamento das despesas por elemento, após a sanção da presente lei.

Art. 11. Para efeito das alterações orçamentárias de que trata o art. 6º, observar-se-á o seguinte:

I – será considerado crédito especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nas unidades orçamentárias, sendo necessária a autorização legislativa específica para sua abertura.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

II – os créditos extraordinários somente serão abertos atendendo as disposições contidas nos §§ 2º e 3º do art. 167 da Constituição Federal.

III – os créditos suplementares, a que se refere o art. 6º, englobam a inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação e grupo de natureza da despesa ou acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial e serão feitos através de decretos do Poder Executivo.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto na Constituição Federal e observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito internas e externas com instituições financeiras nacionais e internacionais para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 e da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a oferecer as contragarantias necessárias, autorizada à vinculação das cotas de repartição constitucional prevista nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, complementada pelas receitas tributárias estabelecidas em seu art. 156, nos termos do § 4º de seu art. 167, bem como outras garantias de direito admitidas à obtenção de garantia do Tesouro Nacional, para realização destes financiamentos, nos termos dos arts. 30 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14. O Poder Executivo, após autorização do Poder Legislativo, através de Lei Ordinária, poderá adotar medidas para, em decorrência de alteração de estrutura organizacional ou da competência legal ou regimental de órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional instituídas pelo Poder Público Municipal, adaptar o orçamento aprovado pela presente Lei, mediante a redistribuição dos saldos das dotações, unidades orçamentárias e categorias de programação, necessários à adequação.

Art. 15. O Poder Executivo estabelecerá normas de acompanhamento e execução para a realização da despesa por meio do cronograma de desembolso, em compatibilidade com a programação financeira para o exercício de 2022, e adaptando, se necessário, as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentária.



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL

Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim

C.N.P.J. Nº 28.741.098/0001-57

CEP.: 28.820-000

Tel.: (22) 2668-1118

e-mail: gabinete.civil@silvajardim.rj.gov.br

Art. 16. Integram ainda a presente Lei, os anexos:

Anexo VI – Tabelas da Evolução da Receita e da Despesa.

Anexo VII – Demonstrativo da Despesa por Fonte de Recurso.

Anexo VIII – Demonstrativos da Despesa, na forma dos Anexos de 6 a 9 da Lei 4.320/64.

Anexo IX – Plano de Aplicação dos Fundos.

Anexo X – Detalhamento do Programa de Trabalho.

Anexo XI – Recurso para Refinanciamento da Dívida Pública.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Silva Jardim, 21 de Dezembro de 2021.

Maira Branco Monteiro
Prefeita